

EXCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA: UMA PERSPECTIVA DO MARCADOR SOCIAL LGBTQIAPN+

Nilma Olinto Simões¹
Lucineide dos Santos Rodrigues²
Geralda Arnoud Fernandes³
Maria Aldenira de Oliveira⁴
Núbia Guedes de Barros Ferreira⁵

RESUMO

O presente artigo objetiva a análise da exclusão social escolar das pessoas LGBTQIAPN+ - comunidade composta por atores sociais, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais, aromânticas/agênero, pan/poli, não-binárias e demais orientações sexuais e identidades de gênero – alunos que agenciam a sexualidade estruturalmente imposta, a heterossexualidade. Na ruptura do padrão hegemônico, emerge a segregação na instituição, propiciando do constrangimento à evasão escolar. Em uma análise sob a égide do pensamento foucaultiano, a sexualidade imposta por regras macrossociais é observada como um dispositivo de poder, no poder disciplinar que controla os corpos dos sujeitos sociais. A heterossexualidade consiste em uma construção social, normalização imposta como reflexo do modelo patriarcalista com intentos ocultos nas práticas discursivas e ações do Estado para fins de mercado que regimentam padrões de comportamento e auferem a perspectiva de mão-de-obra como recursos fomentadores do regime capitalista. Nesse estudo multidisciplinar, foram apresentados aspectos inerentes à exclusão social, de uma maneira mais geral, em seguida, às questões mais específicas da escola. Na construção textual, a partir de uma análise bibliográfica, apresentaremos a compreensão do fenômeno social, contemplando diálogos dos saberes, em pesquisas interdisciplinares dentre as áreas que se debruçam na análise do objeto em comento. A comunidade LGBTQIAPN+ enfrenta processos de violência em suas interações sociais. As reproduções sociais promovedoras de violência marginalizam os indivíduos que não se enquadrem nas regras construídas socialmente para fins de modelo a ser idealizado pelo Estado para a massa social. A escola deve propiciar educação para as mudanças, por meio de processos pedagógicos de inclusão, por meio de seus professores enquanto agentes de transformação social, para que as diferenças não sejam transformadas em desigualdades sociais, essas que engendram a estrutura macrossocial e contribuem para evasão escolar.

1 Mestranda em Ciências da Educação pela Word Ecumenical University, Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade Integrada de Patos - FIP, Especialista em Planejamento e Gestão Pública pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB; Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, nilmaolinto@gmail.com

2 Mestranda em Ciências da Educação pela Word Ecumenical University, Especialista em Direito Ambiental pela Faculdade Integrada de Patos - FIP, Especialista em Neuropsicopedagogia Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo – FAMEES, Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, luhsoja43@gmail.com

3 Mestranda em Ciências da Educação pela Word Ecumenical University, Especialista em Psicopedagogia Clínica-Institucional pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - FAFIL; Graduada no Curso de Pedagogia-Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará Vale do Acaraú – UVA, gelarnoud@hotmail.com

4 Mestranda em Ciências da Educação pela Word Ecumenical University, Especialista em Psicopedagogia Clínica-Institucional pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - FAFIL; Bacharel e Licenciada em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, mariaaldenira1966@gmail.com

5 Orientadora: Doutora e Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais mesma instituição, nubialedes1972@gmail.com

Palavras-chave: Escola, Exclusão, LGBTQIAPN+.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem a propositura de discorrer sobre a exclusão escolar da comunidade de alunos LGTBQIAPN+⁶. Nesse contexto, para a construção da análise sociológica, utilizaremos como metodologia a análise bibliográfica de pensadores da área de humanas para que compreendamos o fenômeno social a partir das diferenças sociais inerentes à sexualidade e às questões identitárias dos sujeitos sociais transformadas ao longo da história em desigualdades sociais.

Adentraremos em categorias tais como: neoliberalismo sob o reflexo de supressão das subjetividades, processo de reprodução social que resvala na instituição escola. Na construção textual, primaremos a divisão deste artigo em contexto mais gerais, lugar em que apresentaremos, em resumo, a compreensão do fenômeno social, contemplando diálogos interdisciplinares dentre as áreas que se debruçam na análise do objeto em comento. Em seguida, abordaremos a temática, de forma mais específica, em uma análise de artigos científicos sobre o tema abordado na grande área de humana, mais ainda na área de educação.

Na análise multidisciplinar, objetivamos o alcance da explanação do fenômeno social. Em seguida, nas considerações, buscaremos evocar os resultados por meio da análise dos estudiosos do tema, em especial, na ótica da filosofia foucaultiana sobre a sexualidade como um dispositivo de poder. Assim, este estudo busca compreender o poder nas imposições de condutas imperativas em que os sujeitos sociais são interpelados pelas normas, em muito, sujeitando-as. Na proposição do estudo, o tema se alicerça em um marcador social sob a égide da sexualidade, a comunidade LGBTQIAPN+, que consiste em uma ruptura de uma das grandes regras macrosociais: a heteronormatividade na escola.

A não proposição de debates consubstanciam, de certo modo, uma forma de tornar as pessoas vulneráveis à margem da escola; às vezes, na forma mais extrema, faz gerar processos de violência física, extrapolando as ordens psíquicas e simbólicas de violência aos alunos de grupos subalternizados por não se encaixarem nos padrões impostos pelas regras macrosociais. A não inclusão dos alunos com marcadores sociais contribui à evasão na escola.

6 "A sigla LGBTQIAPN+ faz referência a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais, aromânticas/agênero, pan/poli, não-binárias e demais orientações sexuais e identidades de gênero."

1. A SEXUALIDADE E SEUS ASPECTOS GERAIS: dispositivo de poder no processo de exclusão

1.1 A sexualidade como dispositivo de poder:

A imposição de modelos a serem seguidos pelos sujeitos sociais e, que, para tal, a sexualidade opera como um dispositivo de poder na regulamentação e na disciplina de corpos. Observamos os ensinamentos do filósofo Michel Foucault (2015), segue: não se deve conceber [a sexualidade] como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a uma realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação do conhecimento, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 2015).

Em observância ao que expressa o entendimento acima do autor, verificamos que a heterossexualidade não configura uma categoria atribuída à natureza. O entendimento versa sobre os aspectos cultura x natureza. Nessa proposição, a sexualidade consiste em uma construção social em que, por meio das práticas discursivas, impõem modelos de uma norma a ser assumida pelos sujeitos sociais. E, que por meio do saber que será usado pelo poder se constroem verdades sobre a sexualidade que promovem opressões e supressões de diversas subjetividades, como modelos outros de ser e de estar no mundo.

Helena Altmann (2001) aponta que, Foucault (2015) compreende a análise da busca da verdade sobre o sexo, da formação de um tipo de saber sobre o sexo, deve ser feita sob o viés do poder, não um poder que funcione pelo direito, mas pela técnica, não pela lei; mas pela normalização; não pelo castigo, mas pelo controle. O poder é onipresente porque se produz a cada instante, em todos os pontos, em toda relação: ele está em toda parte não porque englobe tudo, mas porque provém de todos lugares. A referência da autora sobre a análise de Foucault em relação ao sexo, aponta que o mesmo aborda a questão de uma “normalização”, assim fazendo a respeito sobre os discursos do poder na construção da verdade sobre a sexualidade, uma “verdade” que consiste fruto de um dispositivo do poder para disciplinar os corpos de uma população, em um discurso que ocultam outros fenômenos sociais, a saber: o neoliberalismo.

Para Foucault (2015) o neoliberalismo consiste em mais de que um modelo econômico consiste em um modelo de vida, assim gera uma forma homogênea de ser, a exemplo deste tema, imperando a heteronormatividade, nesse sentido, impondo a heterossexualidade como

regra macrossocial, uma conduta a ser assumida pela população, dessa forma, penalizando socialmente com os sujeitos que rompem com a regra social da sexualidade, em discurso moral hegemônico, que tem fim de interesses de mercado, pois, conforme a concepção de Bertrand Russel (2015), filósofo, o Estado e a igreja se aliam para que juntos produzam forma de ser e de viver e, que, no sentido da sexualidade, imprimem o modelo a heterossexualidade, tendo em vista que objetiva a união de homem e de mulher para a reprodução, em que a criança segue no intento do Estado, esse que fomenta os interesses de mercado, como um futuro trabalhador, um potencial mão-de-obra.

Segundo Scott (1993) as relações de gênero, tais como relações de poder são marcadas por hierarquias, obediências e desigualdades, encontrando-se permeadas por conflitos, tensões, negociações através da manutenção dos poderes masculinos. O sistema patriarcal consiste em uma forma de dominação que dita as regras na sociedade. A heteronormatividade sob o alicerce patriarcalista suprime as outras formas de subjetividade, causando preconceitos e sanções sociais; sobre isso reflete nas instituições de forma geral, alcançando, portanto, as escolas.

Para a antropóloga, Taniele Cristina (2012), partilha do pensamento da filósofa Judith Butler (2019) em relação à ideia do abjeto como aquele cuja vida não é considerada legítima e, portanto, que é quase impossível de se materializar. Propõe, ainda, que corpos que causam abjeção perturbam ficções de identidade, sistema e ordem; porque não respeitam fronteiras, posições e regras. Embora o sistema de poder criem regras dominantes sob as formas de ser e estar no mundo, “outros modos de existência ou possibilidades de vida não cessam de se recriar, e surgem novos” (Deleuze, 2017). Sobre a questão de gênero vejamos o entendimento de Butler (2019):

Se o corpo não é um “ser”, mas uma fronteira variável, uma superfície cuja permeabilidade é politicamente regulada, uma prática significativa dentro de um campo cultural de hierarquia do gênero e da heterossexualidade compulsória, então que linguagem resta para compreender essa representação corporal, esse gênero, que constitui significação “interna” em sua superfície? Sartre talvez chamasse de ato de “estilo de ser”; Foucault, e “estilística de existência” (BUTLER, 2019, p. 240).

O pensamento de Butler (2019) revela o quanto os corpos que saem de um modelo de imposição social são regulados, a exemplo de impor ao sujeito uma heterossexualidade obrigatória, assim, qualquer rompimento às regras estruturais da sociedade, as sanções serão verificadas de diversas formas, em diversos ambientes. Ainda nos expõe que as multiplicidades de ser, a exemplo das pessoas que compõem a comunidade LGBTQIAPN+, são modos de subjetividades, estilos de existência. Nesse sentido, a heterossexualidade também como a homossexualidade são construções sociais, conforme entendimento de Michel Foucault (2015).

No entanto, os corpos que rompem com a regra da heteronormatividade são considerados no meio social como “corpos abjetos” (BUTLER, 2019), assim, expurgos da sociedade.

Safiotti (2015) registra o pensamento no sentido de que a naturalização do feminino como pertencente a uma suposta fragilidade do corpo da mulher e a naturalização da masculinidade como estando inscrita no corpo forte do homem fazem parte das tecnologias de gênero que normatizam condutas de mulheres e de homens. Nesse sentido, gênero e sexualidade consistem em dispositivos que controlam os corpos socialmente. E para que alcancemos a compreensão desse fenômeno social de controle, que estabelece regras a serem observadas, mas também há no indivíduo forma de confrontar as regras, assumindo, dessa forma, outras identidades, formas de ser e estar no mundo para além das regras hegemônicas impostas por grupos dominantes.

Por fim, nesta seção discorreremos com o intuito de trazer as explicações mais gerais sobre o dispositivo da sexualidade, como forma de imposição de poder, de regulação dos corpos a fim de que compreendamos as violências, as violações, os conflitos em relação aos alunos LGBTQIAPN+, comunidade que sofre a opressão na sociedade, em especial, na escola, uma vez que essa instituição constitui em uma “estrutura estruturante” das desigualdades sociais como aponta o sociólogo francês, Pierre Bourdieu (1998). Nesse sentido, concebendo a escola como uma estrutura de reprodução social.

Em seguida, abordaremos a temática de forma mais específica, analisando os aspectos imbricados aos preconceitos, violações em uma abordagem sociológica da comunidade LGBTQIAPN+ em relação à escola. Para tal análise, explanaremos a partir de artigos científicos construídos de estudos sobre o tema em epígrafe.

2. A ESCOLA: A reprodução social nas estruturas da exclusão

A escola constitui uma estrutura-estruturante na reprodução das desigualdades sociais (BOURDIEU, 1998), de descriminalização das minorias marginalizadas. As desigualdades mais acentuadas estão vinculadas aos mais vulneráveis respectivos: pobres, mulheres, afrodescendentes, indígenas, comunidade LGBTQIAPN+, pessoas com deficiências, dentre tantos marcadores sociais.

A sexualidade das crianças e, particularmente, dos adolescentes é preocupação escolar desde o século XVIII, quando esta questão se torna um problema público. Desde então, a instituição pedagógica não impôs um silêncio geral ao sexo das crianças e dos adolescentes.

Pelo contrário, concentrou as formas de discurso neste tema, estabeleceu pontos de implantação diferentes, codificou os conteúdos e qualificou os locutores. Tudo isso permitiu vincular a intensificação dos poderes à multiplicação do discurso (FOUCAULT, 2015). A sexualidade consiste em um dispositivo de poder, inserida entre as “disciplinas dos corpos” e participa da “regulação das populações” na compreensão foucaultiana.

Nesse contexto, nos espaços da escola, reproduzem-se, no processo educativo, práticas exclusivas com a discriminação de estudantes homossexuais que sofrem preconceitos pela sua orientação sexual ou gênero, por partes dos colegas e professores que se fundamentam em normas pautadas na heteronormatividade, aponta Louro (2013). A admissão de uma nova identidade sexual ou de uma nova identidade de gênero é considerada uma alteração essencial que atinge a “essência” do sujeito.

No contexto escolar, não promover debates sobre temáticas de gênero e diversidade sexual consiste na reprodução de desigualdades sociais. À escola compete refletir sobre os processos de diferenças transformados em estigmas que assolam grupos que compõem as minorias sociais. Nesse âmbito, ignorar esses processos reforçam a invisibilidade da população LGBTQIAPN+, propiciando a fomentação de práticas discriminatórias com atitudes que fortalecem cada vez mais a intolerância e corroboram com a institucionalização do preconceito na sociedade. Nessa perspectiva Louro (1997) expõe que:

Ao não falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda eliminá-los, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas ‘normais’ os/as conheçam [...] Aqui, o silenciamento – a ausência da fala – aparece como uma espécie de garantia da “norma” (LOURO, 1997, p. 67).

Nessa propositura apresentada por Louro (1997), a escola consolida um alicerce às estruturas que produzem desigualdades, sendo uma “estrutura estruturante” (BOURDIEU, 1998) que engendram os mecanismos hegemônicos da sociedade.

A sexualidade constitui um “negócio de Estado”, tema de interesse público, pois a conduta sexual da população diz respeito à saúde pública, à natalidade, à vitalidade das descendências e da espécie, o que, por sua vez, está relacionado à produção de riquezas, à capacidade de trabalho, ao povoamento e à força de uma sociedade. Compreende-se também como esse tipo de poder foi indispensável no processo de afirmação do capitalismo, que pôde desenvolver-se “à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos” (FOUCAULT, 2015). O capitalismo consiste em mais que um modelo econômico; consiste em um modelo de vida, assim, suprime diversas formas de ser, violando a subjetividade do indivíduo.

A sexualidade foi controlada pelas autoridades estatais visando a manutenção do sistema produtivo, que dependia da boa saúde e continuidade reprodutiva das classes trabalhadoras, processo que envolveu instituições religiosas, médicas e jurídicas na composição de um sistema que garantisse o controle sobre o corpo e a vida das pessoas, o que o filósofo denominou de biopoder, um dispositivo de governamentalidade, que controla os corpos, para a “docilização dos corpos”, assim, corpos que respeitem regras macrossociais, como a heteronormatividade. A disciplina, por sua vez, é uma técnica, um mecanismo, um dispositivo de poder, tudo isso se trata de “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2015).

O espaço escola se relaciona com os processos ocorridos na sociedade em que está inserida em um contexto marcado por desigualdade e opressão das minorias, “sobretudo, quanto às violências ocorridas contra as manifestações da diversidade sexual e de gênero [...]” (MEDEIROS, 2019). Segundo Guacira Lopes Louro (2013), há um disciplinamento dos corpos nas escolas por meio da reprodução de representações e comportamentos masculinos e femininos, baseados na matriz heterossexual, um processo que ensina os valores heteronormativos, baseadas nas expressões binárias do masculino e do feminino. Nesse diapasão, “[...] a sala de aula formaria um grande quadro único, com entradas múltiplas, sob o olhar cuidadosamente ‘classificador’ do professor” (FOUCAULT, 2015). A escola como espaço de reprodução social produz o disciplinamento dos corpos, aquilo que chama “a docilização dos corpos”. Nesse sentido, compara a instituição escolar às prisões e às fábricas. Para o autor, esses mecanismos “[...] permitem o controle minucioso de operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade - utilidade são o que podemos chamar as ‘disciplinas’”. Continuando a discorrer sobre essa questão afirma que a “[...] disciplina fabrica assim corpos ‘dóceis’.

A exclusão dos alunos que se classificam em LGBTQIAPN+ “[...] o corpo, do qual se requer que seja dócil até em suas mínimas operações, opõe e mostra as condições de funcionamento próprio a um organismo. O poder disciplinar tem por correlato uma individualidade não só analítica e ‘celular’, mas também natural e ‘orgânica’”, (FOUCAULT, 2015). Sobre isso, a escola estabelece uma reprodução social, tão correlata à estrutura social, cujas regras se pautam na “dominação masculina” (BOURDIEU, 1998) inferindo, portanto, em um modelo de heteronormatividade, assim, todo e qualquer comportamento que transgridam modelos impostos, são alvo de sanções sociais, até mesmo violência. A escola consiste em um

microcosmo em que há reproduções sociais de modelos que, caso não se enquadrem ‘na caixa’, no seio social, são expurgados às suas margens.

Para Mantoan (2003) a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos; muito menos desconhecer que aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos, compreende a autora.

Segundo a filósofa Nancy Fraser (2023) “para ter uma sociedade genuinamente justa, precisamos de uma política de inclusão e reconhecimento e de políticas de distribuição igualitárias”. Nessa proposição, a autora enfatiza que as políticas de reconhecimento, que têm a ver realmente como nós reconhecemos todos os membros da nossa sociedade, a exemplo de atores sociais que pertencem a grupos que são historicamente marginalizados, como, por exemplo, gays e lésbicas, trans, mulheres negras, imigrantes, minorias religiosas, entre outros.

Nesse contexto, o desafio para criar e desenvolver políticas públicas educacionais e sociais que assegurem a inserção das minorias (comunidades LGBTQIAPN+) na sociedade, com respeito às diferenças e acolhimento à diversidade, é essencial a desconstrução de preconceitos, o desenvolvimento de práticas inclusivas e a garantia dos direitos fundamentais.

A escola é o espaço onde o poder disciplinar produz saber. Com a instituição disciplinar que consiste na utilização de métodos que permitem um controle minucioso sobre o corpo do cidadão através dos exercícios de utilização do tempo, espaço, movimento, gestos e atitudes, com uma única finalidade: produzir corpos submissos, exercitados e dóceis. “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 2005), dessa forma, os educadores devem propiciar um sistema pedagógico escolar que seja inclusivo e transformador, em especial, com os grupos subalternos, aliados de cidadania e participação ativa na sociedade.

A população LGBTQIAPN+ não fazer parte da heteronormatividade submetida em nossa sociedade, atribui-lhe um “desvio” à norma, uma expressão particular da violência de “gênero”, que se manifesta por meio das discriminações e agressões nos diferentes âmbitos da vida cotidiana da população LGBTQIAPN+, sendo alvo de estigma (GOFFMAN, 1982). Não é raro a imprensa divulgar notícias de violência contra pessoas em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero, nos diferentes contextos sociais, inclusive na escola.

Segundo Paulo Freire (2002), a educação não é neutra e se constitui em um ato político. Ela funciona como um aparelho do sistema vigente, gerando uma situação de conformidade, ou transforma-se em prática de libertação na qual os seres humanos se assumem criticamente como

sujeitos da história, agentes de transformação para se alcançar uma educação voltada à liberdade e à autonomia dos estudantes.

Mantoan (2003) revela que as diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos. Nesse sentido, aponta que novo paradigma do conhecimento está surgindo das interfaces e das novas conexões que se formam entre saberes outrora isolados e partidos e dos encontros da subjetividade humana com o cotidiano, o social, o cultural. Nessa proposição, em defesa das subjetividades dos alunos.

A “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo!” (FREIRE, 1996). Destarte, o professor é relevante para as transformações sociais. Ser professor, nesse sentido, consiste em ser um ator político de grande relevância para os agenciamentos e enfrentamentos do poder que exclui as minorias sociais. Diferenças são transformadas em desigualdades, lançando-se pessoas à margem da sociedade, violando direitos, corpos e subjetividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade LGBTQIAPN+ constitui uma minoria social no tocante à representatividade política, sendo uma parcela da sociedade que configura um marcador social. Sobre esse aspecto, as desigualdades sociais inferem no referido grupo a partir das diversas formas de subjetividades que não se enquadram nas categorias impostas pelas regras macrossociais, a exemplo da heteronormatividade. No tocante, à orientação sexual das pessoas, sendo a sexualidade heteronormativa uma construção social (FOUCAULT, 2015; BUTLER, 2019). Assim, as diferenças são transformadas em desigualdades, conforme observado.

O sistema patriarcalista conduz formas de modelos a serem observados pelos sujeitos sociais, na “dominação masculina” (BOURDIEU, 1998) o machismo estrutural promove uma imposição de subjetividade, mas ainda de modelo familiar, a família patriarcal, formada pela união de homem e mulher. O Estado por meio de instituições religiosas produz modelos impostos aos sujeitos sociais para fins mercadológicos, em uma ideia de que a produção da mão-de-obra advém de um modelo de família em que apenas a heteronormatividade é admitida como condição-padrão aceita. Sobre a compreensão apresentada, em harmonia com as ideias de Foucault (2015), a sexualidade consiste em um dispositivo de poder de governamentalidade

para fins da “docilização dos corpos” que conduz a heteronormatividade como regra macrossocial de imposição do capitalismo. Nesse contexto, o capitalismo imprime modelo de vida, assim, é mais que um modelo econômico; ele suprime as subjetividades dos indivíduos para fins de uma imposição de um modelo sob regras macrossociais. Infringir tais regras é conduzir às sanções sociais, à marginalização, aos preconceitos. Nesse sentido, a escola consiste em uma instituição que opera as reproduções sociais, não incluindo seus alunos que não se encontram na classificação das normas sociais.

A escola deve, portanto, por meio de processos pedagógicos de inclusão, por meio de seus professores enquanto agentes de transformação social, trazer no seio do ambiente escolar, mais ainda educar para as mudanças, em especial, para que as diferenças não sejam transformadas em desigualdades sociais, promovendo, então, evasão escolar, mas também reproduções sociais ao ponto de marginalizar os indivíduos que não se enquadrem nas regras construídas socialmente para fins de modelo a ser idealizado pela massa social.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. **ORIENTAÇÃO SEXUAL NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS**. São Paulo: ESTUDOS FEMINISTAS, 2001

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: Nogueira, M. A.; Catani, A. (Orgs.). Pierre Bourdieu: escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 39-64.

BUTLER, Judith. **PROBLEMAS DE GÊNERO. FEMINISMO E SUBVERSÃO DE IDENTIDADE**. Civilização Brasileira:Rio de Janeiro, 2019.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**, Editora 34. São Paulo, 2017.

FRASER, Nancy. **Feminismo atual é voltado a uma minoria privilegiada, diz filósofa feminista Nancy Fraser**. Entrevista. BBC News Brasil, em 26 de junho de 2023 – disponível: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv211rld5ggo>, acesso em: 27 de junho de 2023

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; 1996.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade. A Vontade de Saber. Vol. I**, São Paulo: Paz & Terra, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes *at all*. **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9ª Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deterioração. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar O que é? Por quê? Como fazer?** - São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar)

MEDEIROS, Ettore Stefani. **Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTQfóbicos**. Reciiis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde. Abr.-jun.; 2019.

RUSSEL, Bertrand. **Casamento e Moral**. São Paulo, UNESP, 2015.

RUI, Taniele. **NAS TRAMAS DO CRACK**. Etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome.

SAFFIOTI, Heleieth. **GÊNERO, PATRIARCO E VIOLÊNCIA**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015

SCOTT, Joan. **GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL PARA A HISTÓRIA**. *Revista Educação e Realidade*. UFRGS, capa 20, n 2, 1995]